



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Rua Monte Castelo, 131 - Boa Vista - Recife - PE
Tel.: 3301.1263 e 3301.1208

PROCESSO Nº 049/2012-SCG
PARECER DE DISPENSA Nº 020/2012

Ementa: Administrativo. Valor inferior ao percentual da modalidade de Convite. Hipótese remete aos pressupostos constantes do inciso I do Art. 24 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

I - RELATÓRIO

Trata-se de solicitação oriunda do Memorando nº 0098/2012, da Secretaria de Coordenação Geral desta Câmara Municipal do Recife, concernente à execução dos serviços de engenharia referentes à adequação da rede de drenagem do estacionamento do Edifício Sede da Câmara Municipal do Recife, os quais foram solicitados pelo Diretor de Administração desta Casa Legislativa.

O processo encontra-se instruído com os seguintes documentos:

- Proposta de preço da empresa **MOMENTO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.** pelo valor total de **R\$ 14.914,57** (quatorze mil novecentos e quatorze reais e cinquenta e sete centavos);
- Proposta de preço da empresa **JG ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO** pelo valor total de **R\$ 14.981,06** (quatorze mil novecentos e oitenta e um reais e seis centavos);
- Proposta de preço da empresa **LEÔNCIO CONSTRUÇÕES LTDA.** pelo valor total de **R\$ 14.993,03** (quatorze mil novecentos e noventa e três reais e três centavos).



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Rua Monte Castelo, 131 - Boa Vista - Recife – PE
Tel.: 3301.1263 e 3301.1208

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

A Administração Pública consagra como princípio geral para contratação de obras, serviços e compras, a realização de procedimento licitatório. Todavia, há situações em que recebe da Lei, autorização para abster-se da obrigação de licitar, se assim considerar conveniente ao interesse do serviço, sendo que essas situações constituem exceções ao dever geral constitucional de licitar.

Importa salientar que, comprovada a possibilidade de não proceder o certame licitatório, cumpre estar presente o pressuposto fático que fundamenta a decisão.

Com efeito determina o artigo 24, inciso I, do Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos – Lei no. 8666/93 e alterações posteriores:

“Art. 24 – É dispensável a licitação:

I – para obras e serviços de engenharia, de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram as parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.”

Comentando sobre o assunto, o ilustre Mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, ensina em sua obra “Contratação Direta sem Licitação”, 2^a edição, pág. 165, que:

“Nesse inciso, a Lei estabelece ser dispensável a licitação segundo uniforme doutrina, em razão do valor do objeto a ser contratado. O custo do procedimento para assegurar os valores jurídicos que determinam a licitação devem ser coordenados com os demais princípios do Direito, inclusive o princípio constitucional da economicidade que deve nortear os atos administrativos.



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Rua Monte Castelo, 131 - Boa Vista - Recife – PE
Tel.: 3301.1263 e 3301.1208

O reduzido valor do objeto a ser contratado colocaria em conflito o princípio da licitação e o da economicidade, ensejando um gasto superior à vantagem direta aferível pela Administração, decidindo o legislador, à vista do interesse público pela prevalência do segundo.”

À luz de tais considerações, configura-se dispensabilidade de licitação pelo valor abaixo do limite previsto no inciso I, alínea “a” do art. 23 do citado diploma legal.

III – CONCLUSÃO

Ex positis, esta Comissão de Licitação opina pela contratação direta da empresa **MOMENTO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.** pelo valor total de **R\$ 14.914,57** (quatorze mil novecentos e quatorze reais e cinquenta e sete centavos) para execução dos serviços de engenharia referentes à adequação da rede de drenagem do estacionamento do Edifício Sede da Câmara Municipal do Recife, conforme proposta comercial, com fundamento no artigo 24, inciso I da Lei no. 8666/93 e alterações posteriores.

É o parecer.

Recife, 24 de Abril de 2012.

DANIEL VIEIRA DE MELO
Presidente da Comissão de Licitação

André Mamud da Silva
Membro

Ricardo Williams Paixão Ferraz
Membro